



LIDO NA SESSÃO DO DIA  
21 AGO 2012

## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

APROVADO

Nº 21 / 08 / 2012

nº 220/12

1º Secretário

AUTOR: DEPUTADO JEAN OLIVEIRA

REQUER À MESA DIRETORIA O  
ADIAMENTO DA DISCUSSÃO RELATIVA AO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
078/2012, REFERENTE MENSAGEM Nº  
01/2012-DPE - RO

### Portas abertas para você

O Deputado que o presente subscreve, com amparo Nas disposições regimentais (artigo 181, VI do RIALE), o adiamento da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 078/2012 de autoria da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, objeto da mensagem nº 01/2012-DPE-RO, até que cheguem a este Parlamento as informações Requeridas por este Parlamentar através de requerimento protocolizado nesta data.

### JUSTIFICATIVA

Nobres Pares,

Considerando que protocolei Requerimento de Informações atinentes ao referido PLC, buscando obter informações adicionais a respeito do aludido projeto, faz-se necessário o adiamento da discussão da referida proposição até que os documentos e informações requeridos cheguem a esta Casa Legislativa.





## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
-----------	--	--------------	----

AUTOR: DEPUTADO JEAN OLIVEIRA

O Projeto de Lei Complementar nº 078/2012 encaminhado pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia institui o quadro de pessoal administrativo e dispõe sobre a criação de 287 (duzentos e oitenta e sete) cargos de Analista de Defensoria Pública (nível superior) e 461 (quatrocentos e sessenta e um) cargos de Técnico de Defensoria Pública (nível médio) para atender as necessidades daquele órgão.

A justificativa constante do referido Projeto de Lei Complementar informa a esta Casa de Leis que os cargos em criação visam tão somente substituir servidores cedidos por outros órgãos, bem como aqueles de provimento em comissão.

Tratando-se da criação de cargos públicos, é certo que ocorrerá aumento da despesa com pessoal no referido órgão. Como prediz a própria mensagem, os servidores que atualmente exercem as aludidas funções são cedidos por outros órgãos da administração pública e, certamente, voltarão às suas lotações originárias, o que demonstra futuro incremento da folha de salários da Defensoria Pública do Estado. Apesar disso, ilustres pares, vislumbramos que o referido projeto não veio acompanhado dos demonstrativos de impacto orçamentário-financeiro previsto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, in verbis:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;





## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº

AUTOR: DEPUTADO JEAN OLIVEIRA

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio."

Por sua vez, o artigo 21 do mesmo diploma legal assevera:

"Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição."

Ademais, é prerrogativa dos representantes do Povo de Rondônia exercer o controle de atos ou projetos potencialmente geradores de aumento de despesa com





## Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
-----------	--	--------------	----

AUTOR: DEPUTADO JEAN OLIVEIRA

peçoal, traduzindo em verdadeiro controle prévio da gestão fiscal das contas públicas do Estado.

Nesse diapasão, com embasamento nas disposições constitucionais e regimentais que dão azo ao presente requerimento, considerando ainda a função institucional fiscalizadora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, solicito o adiamento da discussão relativa ao PLC em comento até que sejam recebidas neste Parlamento as informações Requeridas.

Plenário das deliberações em 21 de agosto de 2012.

Deputado Jean Oliveira  
PSDB